



**COMISSÃO “D-ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO”  
DO PARLAMENTO NACIONAL**

**PARECER SOBRE A**

**Proposta de Lei n.º 46 / V (5ª) – Orçamento Geral do Estado para 2023**

**I - Introdução**

- I.1- Anúncio da entrada da Proposta de Lei
- I.2 - Competência das comissões especializadas permanentes
- 1.3 – Nova estrutura do documento do OGE

**II - Os trabalhos da Comissão**

**III - Análise do conteúdo da Proposta de Lei:** Visão geral e principais questões suscitadas e sugestões para melhoramento do diploma

**IV – Conclusões**

**V – Parecer**

**VI - Votação**

## **I - Introdução**

### **I.1- Anúncio da entrada da Proposta de Lei**

A Proposta de Lei (PPL) Nº 46/V (5ª) – **ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2023** deu entrada na mesa da Presidência do Parlamento Nacional no dia 3 de outubro de 2022 e, por despacho de Sua Excelência o Presidente do PN do próprio dia foi enviado à DIPLN para elaboração da Nota Técnica.

A proposta baixou posteriormente à Comissão “C” para elaboração do relatório e parecer e às restantes Comissões especializadas para elaboração de parecer técnico especializado a remeter à Comissão C para serem considerados na elaboração do Relatório desta.

Esta Nota tem o número **N.º 104 /2022/DIPLN** e está datada de 3OUT2022.

A Proposta de Lei está redigida numa das línguas oficiais, no caso a língua portuguesa, é apresentada sob a forma de 10 (dez) artigos distribuídos por quatro capítulos, e um anexo com 12 tabelas orçamentais.

A PPL vem acompanhada de vários anexos, incluindo uma “exposição de motivos”.

Como diz a Nota Técnica da DIPLN deste Parlamento Nacional,

*“Analisado o articulado da PPL OGE2023 (...) conclui-se que [ela] (...) está em conformidade com o disposto no artigo 38º da LEO [Lei de Enquadramento Orçamental].”*

#### ***“[em] Conclusão***

*Pelo exposto, verificam-se cumpridos os requisitos formais constitucionais, legais e regimentais, pelo que a iniciativa legislativa pode ser admitida e baixar à Comissão de Finanças Públicas (**Comissão C**) e às demais **comissões especializadas permanentes** para apreciação inicial.”*

### **I.2 - Competência das comissões especializadas permanentes**

Nos termos dos artigos 79º e 80º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes realizar audiências públicas com a participação de entidades públicas e da sociedade civil para discutir a matéria legislativa em apreciação e com vista à elaboração do relatório e/ou parecer a que refere o Artº. 103º do Regimento do PN.

### **I.3 – nova estrutura do documento do OGE**

Depois de aprovada a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) tornou-se necessário publicar a Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e, na sequência dela, organizar o Orçamento Geral do Estado de acordo com aquelas duas Leis.

O OGE23 reflete, no nosso entender de uma forma correta, as novas orientações, daí resultando uma Lei do Orçamento Geral do Estado (para 2023) mais fácil de manusear e que torna mais fácil a sua consulta e acompanhamento.

Isto merece ser salientado e o Ministério das Finanças e o Governo estão de parabéns pelo resultado alcançado.

## **II.- Os trabalhos da Comissão**

Recebido o texto da PPL na Comissão “D”, o Presidente da mesma solicitou aos assessores de apoio à Comissão que elaborassem uma proposta de parecer a submeter à apreciação dos membros da mesma em 17 de outubro de 2022.

Foi decidido proceder a audiências públicas da iniciativa da Comissão que constam de tabela abaixo. Além disso a Comissão D juntar-se-á à Comissão C em algumas das audiências marcadas por esta.

O programa das audiências foi o seguinte:

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

**CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO D SOBRE A PROPOSTA DE LEI  
N.º 46/V/5-ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2023**

DATA	HORAS	ENTIDADES	COMISSÃO	LOCAL
10 de Outubro de 2022	09h00	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, acompanhado por instituições tuteladas como: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>ANPM-Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais;</u></li> <li>▪ <u>IPG-Instituto de Petróleo e Geologia;</u></li> <li>▪ <u>Timor Gap E.P.</u></li> </ul>	Comissão D	Sala da Residência do PPN em Farol
11 de Outubro de 2022	15h00	Secretário de Estado de Cooperativas	Comissão D	Sala da Residência do PPN em Farol
12 de outubro de 2022	09h00	Ministério da Agricultura e Pescas e Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	Comissão D	Sala da Residência do PPN em Farol
	15h00	Secretário de Estado do Formação Profissional e Emprego	Comissão D	Sala da Residência do PPN em Farol
13 de Outubro de 2022	09h00	Ministro de Coordenador dos Assuntos Económicos, acompanhado por instituições tuteladas como: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Nacional de Formação Profissional de <u>Becora;</u></li> <li>▪ Centro Nacional de Formação Profissional e Emprego de <u>Tibar;</u></li> <li>▪ <u>Indimo-Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra;</u></li> <li>▪ Inspeção Geral do Trabalho</li> <li>▪ SERVE-Serviço de Registo e Verificação Empresarial;</li> <li>▪ <u>IADE-Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial;</u></li> <li>▪ <u>Tradeinvest-Agência de Promoção de Investimento e Exportação;</u></li> <li>▪ <u>AIFAESA- Agência de Investigação e</u></li> </ul>	Comissão D	Sala da Residência do PPN em Farol

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

		Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar; ▪ <u>CLN-Centro Logístico Nacional</u> .		
14 de Outubro de 2022	09h00	Banco Central de Timor Leste - ( <u>BCTL</u> )	Comissão <u>D</u>	
	15h00	Banco Nacional do Comercio de Timor Leste- ( <u>BNCTL</u> )	Comissão <u>D</u>	Sala da Residência do <u>PPN</u> em Farol
17 de outubro de 2022	09h00	Ministério do Turismo, Comercio e Indústria, acompanhado por instituições tuteladas como: ▪ <u>IQTL-Instituto</u> para a Qualidade de Timor-Leste; ▪ <u>CCD-Centro</u> de Convenções de Díli; ▪ <u>CTIT-Centro</u> Turismo e de Informação Turística; ▪ Centros Restauração/ <u>Food Courts</u> ; ▪ Pousadas.		
	15h00	▪ Secretário de Estado do Ambiente	Comissão <u>D</u>	Sala da Residência do <u>PPN</u> em Farol
18 de outubro de 2022	09h00	▪ Aprovação do relatório e parecer setorial da Comissão <u>D</u>		

Díli, Parlamento Nacional, em 12 de outubro de 2022

O Presidente da Comissão,

Antoninho Bianco

A discussão, aprovação e remessa do parecer da Comissão D sobre a PPL nº46/V (5ª) à Comissão C ficou agendada para o dia 18 de outubro de 2022 pelas 15h00 OTL.

### **III. Análise do conteúdo da Proposta de lei**

Um orçamento de Estado (na verdade e para nós o Orçamento da Administração Central) forma, em conjunto com o Orçamento da Segurança Social (OSS) e o da RAEOA, o Orçamento Geral do Estado (OGE).

Neste relatório e parecer está em causa apenas o primeiro pois os outros dois são da competência de outras comissões especializadas, não se justificando a duplicação de análises.

Um Orçamento (a partir de agora o termo refere-se apenas ao “Orçamento da Administração Central” ou “Orçamento de Estado”) prevê um conjunto de receitas e de despesas do Estado enquadradas --- e como forma de execução --- de uma determinada política económica (em sentido lato) cujos princípios gerais passam agora a constituir as Grandes Opções do Plano (GOP). O Orçamento NÃO é, pois, um fim em si mesmo mas sim um instrumento de execução da referida política económica.

Esta, por sua vez, visa corrigir determinados problemas de funcionamento da economia nacional, sejam eles mais conjunturais --- de curto prazo --- sejam mais estruturais --- de longo prazo.

Isto exige a identificação de uns e de outros (os objetivos da política económica) e, numa primeira fase, a definição das prioridades no “ataque” aos mesmos.

No caso do OGE23 há que sublinhar o que nele se diz:

## Sumário executivo

### Estratégia Orçamental

O tema da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é: ***Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as Gerações Futuras***

Considerando que Timor-Leste depende fortemente do Fundo Petrolífero para financiar o Orçamento Geral do Estado e que os recursos naturais que contribuem para o Fundo Petrolífero são finitos, a estratégia orçamental de Timor-Leste procura diversificar a economia afastando-a da dependência dos recursos naturais, enquanto cria empregos, reduz a pobreza e promove o crescimento económico.

O governo adotou as seguintes prioridades:

- Mobilização das receitas domésticas e introdução de novas iniciativas fiscais.
- Utilização de cada vez mais fontes alternativas de financiamento, como empréstimos concessionais e comerciais e títulos do Tesouro.
- Concentração das despesas públicas na qualidade em vez da quantidade, abandonando a orçamentação tradicional por rubricas e melhorando a orçamentação anual e de médio prazo dos programas, que se passa a concentrar no impacto em vez da execução.

Para o Orçamento Geral do Estado para 2023, a escolha das despesas foi selecionada de forma a alinhar com uma estratégia orçamental sustentável, através da promoção do investimento produtivo na economia real como motor do crescimento inclusivo, investindo no capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense e priorizando a inclusão social e políticas sensíveis ao género para garantir que ninguém seja deixado para trás.

Conforme previsto na Lei das Grandes Opções do Plano, o Governo propõe no Orçamento Geral do Estado para 2023 despesas no valor de US\$3.155.715.306.

### Medidas Orçamentais

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é formulada com base nos seguintes Objetivos Estratégicos do VIII Governo que visam proporcionar a todos os cidadãos no seu conjunto:

1. Oportunidade de ter uma vida saudável, segura e longa
2. Acesso ao conhecimento, tecnologia e inovação
3. Acesso a recursos suficientes para garantir uma vida digna

Com estas três metas objetivos e estratégicos em mente, a agenda do Governo para o desenvolvimento inclusivo aspira a promover o bem-estar holístico para as pessoas e promover um ambiente para que estas vivam, contribuam e participem no desenvolvimento económico do país.

Tal ambição exige o desenvolvimento de comunidades habitáveis, o que inclui o acesso à educação de qualidade, saúde, água e saneamento, proteção social, infraestruturas básicas e grandes investimentos no setor produtivo para recuperar e diversificar a economia.

Estas prioridades são, em boa parte, “herança” das definidas no Programa de Recuperação Económica (PRE) definido a meio de 2020 (agosto) e que, por isso mesmo, não foi possível verter completamente no OGE21, na altura já em preparação, e, mesmo no OGE22.

Se quiséssemos fazer uma síntese do **pensamento subjacente ao OGE23 (e ao PRE que o inspira)** diríamos que **o objetivo fundamental parece ser o da melhoria do desenvolvimento humano de Timor Leste, nomeadamente (mas não só), o desenvolvimento da alimentação, da educação e da saúde dos timorenses** mas não esquecendo as enormes necessidades para **minorar as deficiências das infraestruturas físicas do país.**

A **Comissão D está de acordo com estas opções** pois estas parecem corresponder às reais necessidades presentes e futuras dos timorenses.

A definição dos objetivos da política económica tem em consideração, como vimos, as situações conjuntural e estrutural da economia e da sociedade timorenses. Porém, estas, nomeadamente as condições de longo prazo, não podem deixar de ser vistas tendo em consideração o que se passa nos países da região e que acabam por influenciar a nossa própria existência.

Nos quadros abaixo podemos ver informações sobre a situação económico-social do nosso país em **comparação com a de outros do Sudeste Asiático.**

Deles resulta que **Timor Leste compara mal com quase todos os outros países da região**, sendo os números divulgados uma **chamada de atenção para o muito que há a fazer para melhorar o nível de vida dos timorenses** --- o que obriga à afetação de recursos significativos em muitas das áreas referidas mais acima. Note-se que o nítido “atraso” em que estamos condiciona as opções de eventuais parceiros económicos, nomeadamente no domínio do investimento produtivo privado, essencial para o nosso desenvolvimento.

A propósito da referência a prioridades, parece que no OGE23 --- e nas GOP que lhe estão subjacentes --- elas podiam estar melhor clarificadas pois é evidente que não será possível, ainda por cima com as restrições de financiamento que existem (diminuição das receitas petrolíferas), atender a todas elas. Uma mais clara hierarquia dos objetivos e metas a alcançar parece-nos fundamental devido às suas consequências em termos de afetação de recursos no OGE23. Sugerimos ao Governo, por isso, que seja mais claro na identificação e HIERAQUIZAÇÃO das prioridades já ela é essencial para saber “quanto afetar a quê”. Essas prioridades devem ser em número relativamente limitado e delas retirarem-se as devidas consequências em termos de afetação dos recursos (sempre escassos, e agora por maioria de razão).

Compare-se então a nossa situação com a dos países da região e com os quais nos queremos associar no quadro da ASEAN. Usemos, para isso, a informação disponível internacionalmente sobre o principal indicador do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano:



Table 2. Human Development Index trends, 1990-2021									
HDI rank	Country	Human Development Index (HDI)						Change in HDI rank	Average annual HDI growth (%)
		Value							
		2010	2015	2018	2019	2020	2021	2015-2021 <sup>a</sup>	2010-2021
12	Singapore	0,910	0,930	0,940	0,943	0,939	0,939	-1	0,29
62	Malaysia	0,769	0,797	0,807	0,810	0,806	0,803	1	0,39
66	Thailand	0,737	0,781	0,795	0,804	0,802	0,800	6	0,75
114	Indonesia	0,664	0,695	0,710	0,716	0,709	0,705	3	0,55
115	Viet Nam	0,663	0,684	0,697	0,703	0,710	0,703	5	0,53
116	Philippines	0,674	0,698	0,710	0,718	0,710	0,699	0	0,33
140	Lao People's Democratic Republic	0,551	0,599	0,607	0,610	0,608	0,607	1	0,88
140	<b>Timor-Leste</b>	<b>0,619</b>	<b>0,614</b>	<b>0,605</b>	<b>0,614</b>	<b>0,614</b>	<b>0,607</b>	<b>-4</b>	<b>-0,18</b>
146	Cambodia	0,540	0,574	0,591	0,598	0,596	0,593	3	0,85

Fonte: PNUD Relatório do Desenvolvimento Humano 2021-22

[Human Development Report 2021-22](#) | [Human Development Reports \(undp.org\)](#)

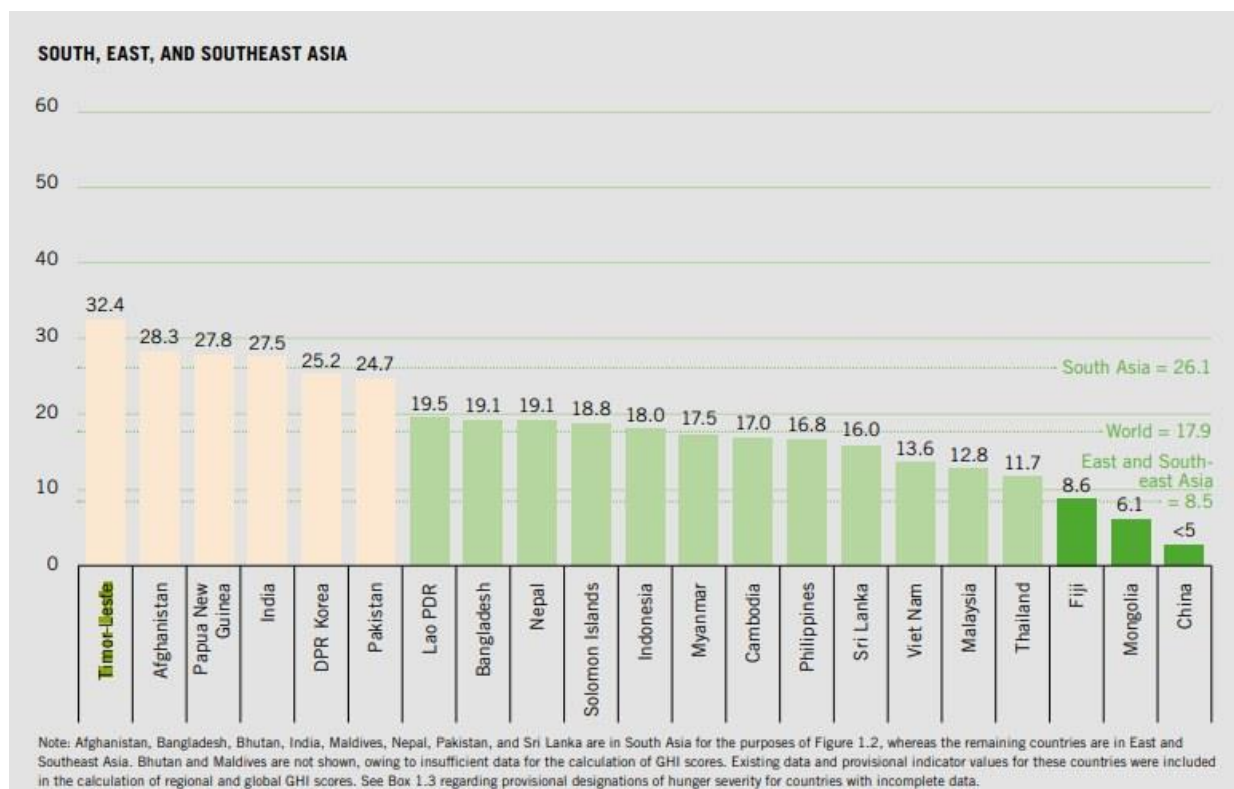
No quadro acima, do Índice de Desenvolvimento Humano, notem-se particularmente as seguintes conclusões:

- Timor Leste é, na sua região (ASEAN) e com a exceção do Camboja, o país com menor Índice;
- O nosso país é o único que entre 2010 e 2021 viu piorar a sua situação --- apesar de ter registado melhorias no meio do período ---, pelo que o fosso entre ele os demais aumentou em vez de diminuir.

Se do IDH passarmos ao Índice de Pobreza Multidimensional a conclusão é semelhante: Timor Leste é o país com maior percentagem de população em situação de pobreza e com maior vulnerabilidade à mesma. É ainda o país com maior percentagem de população abaixo da linha nacional de pobreza e abaixo da linha de pobreza (em PPC-Paridade do Poder de Compra) de 1,90 USD/dia.

Table 6. Multidimensional Poverty Index: developing countries													
Country	Year and survey	Multidimensional Poverty Index <sup>a</sup>	SDG 1.2				Population vulnerable to multidimensional poverty <sup>a</sup>	Contribution of deprivation in dimension to overall multidimensional poverty <sup>a</sup>			SDG 1.2		SDG 1.1
			Population in multidimensional poverty <sup>a</sup>					Population living below income poverty line (%)					
			Head-count	Intensity of deprivation	Inequality among the poor	Population in severe multidimensional poverty		Health	Educational	Standard of living	National poverty line	PPP \$1.90 a day	
	2009-2020	Value	(%)	(%)	Value	(%)	(%)	(%)	2009-2019 <sup>c</sup>	2009-2019 <sup>c</sup>			
Estimates based on surveys for 2015-2020													
Indonesia	2017 D	0,014 <sup>d</sup>	3,6 <sup>d</sup>	38,7 <sup>d</sup>	0,006 <sup>d</sup>	0,4 <sup>d</sup>	4,7 <sup>d</sup>	34,7 <sup>d</sup>	26,8 <sup>d</sup>	38,5 <sup>d</sup>	9,4	2,7	
Laos	2017 M	0,108	23,1	47,0	0,016	9,6	21,2	21,5	39,7	38,8	18,3	10	
Philippines	2017 D	0,024 <sup>d</sup>	5,8 <sup>d</sup>	41,8 <sup>d</sup>	0,010 <sup>d</sup>	1,3 <sup>d</sup>	7,3 <sup>d</sup>	20,3 <sup>d</sup>	31,0 <sup>d</sup>	48,7 <sup>d</sup>	16,7	2,7	
Thailand	2019 M	0,002 <sup>g</sup>	0,6 <sup>g</sup>	36,7 <sup>g</sup>	0,003 <sup>g</sup>	0,0 <sup>g</sup>	6,1 <sup>g</sup>	38,3 <sup>g</sup>	45,1 <sup>g</sup>	16,7 <sup>g</sup>	9,9	0,1	
Timor-Leste	2016 D	0,222 <sup>t</sup>	48,3 <sup>t</sup>	45,9 <sup>t</sup>	0,014 <sup>t</sup>	17,4 <sup>t</sup>	26,8 <sup>t</sup>	29,3 <sup>t</sup>	23,1 <sup>t</sup>	47,6 <sup>t</sup>	41,8	22	

Esta situação é reforçada pelo Índice Global da Fome, com o índice 32,4, quando países que estão “próximos” de nós como o Laos, a Indonésia e Myanmar, têm índices significativamente mais baixos (melhor situação).



Global Hunger Index, 2021 Fonte: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2021.pdf>

País	Proporção de subalimentados na população (%)				Prevalência de emaciação em crianças com menos de cinco anos (%)				Prevalência de raquitismo em crianças com menos de cinco anos (%)				Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (%)			
	'00-'02	'05-'07	'11-'13	'18-'20	'98-'02	'04-'08	'10-'14	'16-'20	'98-'02	'04-'08	'10-'14	'16-'20	2000	2006	2012	2019
Taiilândia	17.3	10.6	8.8	8.2	7.3 *	4.7	6.7	7.7	21.6 *	15.7	16.4	13.4	2.2	1.6	1.2	0.9
Timor-Leste	41.5	31.9	31.0	22.6	13.7	21.3	9.9	11.5 *	55.7	57.2	51.7	52.2 *	—	7.7	5.7	4.4
Vietname	19.7	15.3	9.3	6.7	9.0	9.1	6.7	5.8	42.9	33.8	26.7	23.8	3.0	2.4	2.2	2.0
Filipinas	18.7	14.0	13.7	9.4	8.0	6.6	7.0	5.6	38.3	32.0	33.4	30.3	3.8	3.4	3.1	2.7
Laos RPD	31.2	20.6	14.5	5.3	17.5	7.4	5.9	9.0	47.5	47.7	44.2	33.1	10.6	8.2	6.2	4.6
Indonésia	19.2	19.0	9.4	6.5	5.5	14.8	13.5	10.2	42.4	40.1	36.4	30.8	5.2	4.0	3.1	2.4

	Country Name	WB Code	Income Group	Probability of Survival to Age 5	Expected Years of School	Harmonized Test Scores	Learning-Adjusted Years of School	Fraction of Children Under 5 Not Stunted	Adult Survival Rate	HUMAN CAPITAL INDEX 2020 (LOWER BOUND)	HUMAN CAPITAL INDEX 2020	HUMAN CAPITAL INDEX 2020 (UPPER BOUND)
2	Singapore	SGP	High income	1,00	13,9	575	12,8	-	0,95	0,87	0,88	0,89
39	Vietnam	VNM	Lower middle income	0,98	12,9	519	10,7	0,76	0,87	0,67	0,69	0,71
57	Brunei Darussalam	BRN	High income	0,99	13,2	438	9,2	0,80	0,88	0,62	0,63	0,63
63	Malaysia	MYS	Upper middle income	0,99	12,5	446	8,9	0,79	0,88	0,60	0,61	0,62
64	Thailand	THA	Upper middle income	0,99	12,7	427	8,7	0,89	0,87	0,60	0,61	0,62
97	Indonesia	IDN	Upper middle income	0,98	12,4	395	7,8	0,72	0,85	0,53	0,54	0,55
104	Philippines	PHL	Lower middle income	0,97	12,9	362	7,5	0,70	0,82	0,50	0,52	0,53
119	Cambodia	KHM	Lower middle income	0,97	9,5	452	6,8	0,68	0,84	0,47	0,49	0,51
127	Lao PDR	LAO	Lower middle income	0,95	10,6	368	6,3	0,67	0,82	0,44	0,46	0,47
128	Vanuatu	VUT	Lower middle income	0,97	10,1	348	5,6	0,71	0,87	0,44	0,45	0,47
129	Timor-Leste	TLS	Lower middle income	0,95	10,6	371	6,3	0,54	0,86	0,43	0,45	0,47

Sabendo-se que a melhoria da situação do desenvolvimento exige, no mínimo, um **crescimento económico** forte --- além de uma aposta decidida na **educação** e na **saúde** ---, os números do quadro abaixo não podem deixar de ser preocupantes pois anunciam a continuação do alargamento da nossa distância em relação aos países da ASEAN, todos eles com taxas de crescimento do seu PIB mais elevadas que as nossas.

**Table O1. GDP growth forecast**

	2020	2021	April 2022 forecast for 2022	October 2022 forecast 2022	2023
East Asia & Pacific	1.2	7.2	5.0	3.2	4.6
East Asia & Pacific (excluding China)	-3.6	2.6	4.8	5.3	5.0
<b>ASEAN-5</b>	<b>-3.8</b>	<b>3.4</b>	<b>4.9</b>	<b>5.4</b>	<b>5.1</b>
Pacific Island Countries	-9.5	-3.3	2.9	5.3	5.7
China	2.2	8.1	5.0	2.8	4.5
<b>Indonesia</b>	<b>-2.1</b>	<b>3.7</b>	<b>5.1</b>	<b>5.1</b>	<b>5.1</b>
Malaysia	-5.5	3.1	5.5	6.4	4.2
Philippines	-9.5	5.7	5.7	6.5	5.8
Thailand	-6.2	1.5	2.9	3.1	4.1
Vietnam	2.9	2.6	5.3	7.2	6.7
Cambodia	-3.1	3.0	4.5	4.8	5.2
Lao PDR	0.5	2.5	3.8	2.5	3.8
Mongolia	-4.4	1.6	2.5	2.4	5.5
Myanmar	3.2	-18.0	1.0	3.0	
Papua New Guinea	-3.5	1.0	4.0	4.0	4.2
<b>Timor-Leste</b>	<b>-8.6</b>	<b>1.5</b>	<b>2.4</b>	<b>3.0</b>	<b>3.0</b>

Fonte: WORLD BANK EAST ASIA AND THE PACIFIC ECONOMIC UPDATE OCTOBER 2022, pg XXV

**Table A4. Emerging Market and Developing Economies: Real GDP**  
(Annual percent change)

	Average 2004–13	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Projections		
										2022	2023	2027
<b>Timor-Leste<sup>2</sup></b>	<b>5.3</b>	<b>4.5</b>	<b>2.8</b>	<b>3.4</b>	<b>-3.1</b>	<b>-0.7</b>	<b>2.1</b>	<b>-8.6</b>	<b>1.5</b>	<b>3.3</b>	<b>4.2</b>	<b>3.0</b>

Nota 2: Data for Timor-Leste exclude projections for oil exports from the Joint Petroleum Development Area.

Fonte: IMF World Economic Outlook, October 2022, Quadro A4, pg 129

Country	Subject Descriptor	Units	S	2 015	2 016	2 017	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	2 023	2 024	2 025	2 026	2 027	Estimates
Cambodia	Gross domestic product, constant prices	Percent change		7,0	6,9	7,0	7,5	7,1	-3,1	3,0	5,1	6,2	6,6	6,4	6,5	6,6	2020
Indonesia	Gross domestic product, constant prices	Percent change		4,9	5,0	5,1	5,2	5,0	-2,1	3,7	5,3	5,0	5,4	5,3	5,2	5,1	2021
Lao P.D.R.	Gross domestic product, constant prices	Percent change		7,3	7,0	6,9	6,3	4,7	-0,4	2,1	2,2	3,1	3,7	3,9	4,1	4,3	2020
Malaysia	Gross domestic product, constant prices	Percent change		5,0	4,5	5,8	4,8	4,4	-5,5	3,1	5,4	4,4	4,9	4,4	4,4	3,9	2021
Myanmar	Gross domestic product, constant prices	Percent change		7,5	6,4	5,8	6,4	6,8	3,2	-17,9	2,0	3,3	3,4	3,2	3,3	3,6	2020
Philippines	Gross domestic product, constant prices	Percent change		6,3	7,1	6,9	6,3	6,1	-9,5	5,7	6,5	5,0	6,0	6,0	6,0	6,0	2021
Thailand	Gross domestic product, constant prices	Percent change		3,1	3,4	4,2	4,2	2,2	-6,2	1,5	2,8	3,7	3,6	3,3	3,2	3,0	2021
<b>Timor-Leste</b>	<b>Gross domestic product, constant prices</b>	<b>Percent change</b>		<b>2,8</b>	<b>3,4</b>	<b>-3,1</b>	<b>-0,7</b>	<b>2,1</b>	<b>-8,6</b>	<b>1,5</b>	<b>3,3</b>	<b>4,2</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>	<b>3,0</b>	<b>2020</b>
Vietnam	Gross domestic product, constant prices	Percent change		7,0	6,7	6,9	7,2	7,2	2,9	2,6	7,0	6,2	6,6	6,7	6,7	6,8	2021

International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, October 2022

Os dados do quadro anterior permitem concluir que desde 2015, pelo menos, Timor Leste cresce normalmente a um ritmo inferior ao da maioria dos países da região, o que significa que o fosso entre nós e os nossos vizinhos se alarga ano após ano. As estimativas para os próximos anos não são muito melhores, apesar de serem de fiabilidade duvidosa dadas as circunstâncias em que são elaboradas (ambiente internacional de guerra na Ucrânia) --- o que é inaceitável e não pode deixar de ser considerado como um forte desafio às autoridades nacionais.

As estimativas e previsões do OGE23 para o período 2022-27 --- note-se que as previsões do governo são um pouco mais otimistas que as do Banco Mundial no quadro acima e mais pessimistas que as do FMI --- são, também elas na ordem de grandeza dos cerca de 3,5%, bem abaixo dos 5% e mais previstos para a ASEAN-5 em 2022 e 2023. Isto é: o fosso é grande e vai aumentar. Evitar esta situação exige uma opção pelo **uso de mais recursos de outra forma**.

Resumo	Real		Previsão					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
% do PIB real (não petrolífero)	-8,3	2,9	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	3,6
Inflação CPI %	0,5	3,8	7,2	5,5	3,3	2,8	2,6	2,4

Esta constatação é, temos de o reconhecer, em si mesma, uma crítica ao OGE23 mas resta saber se há “atenuantes” e se há alternativas.

Quanto às primeiras, a mais importante é, sem dúvida, a herança de dois anos de pandemia que deixaram o “doente” ainda mais “doente” do que já estava. A recuperação da economia nacional anunciada para 2022 e 2023 é, em si mesma, uma boa notícia mas a manutenção das mesmas taxas ao longo de vários anos deixa no ar a ideia de que o “remédio” dá para “estabilizar” o doente mas não consegue, como necessário, dar-lhe a força necessária para lhe assegurar uma vida cada vez mais “saudável”. É aspeto a rever no futuro até porque com os dados disponíveis a taxa de variação do PIB por habitante tenderá a ser de cerca de apenas +1% no nosso país enquanto deverá ser de cerca de 4% nos 5 principais países da nossa região, os chamados “ASEAN-5”.

Se, como parece, o “remédio” não é suficientemente forte, é preciso corrigir a “medicação”. Se o “remédio” tem sido basicamente “mais do mesmo” --- grande papel do Estado na economia nacional com ênfase no investimento em capital físico (infraestruturas) ---, acreditamos que um reforço da “medicação” terá de passar não necessariamente pelo reforço do mesmo “medicamento” mas juntar-lhe outro, que não pode deixar de ser o investimento privado, nacional e estrangeiro.

Se olharmos para os números das contas nacionais constatamos que o investimento privado é muito baixo --- 1/3 do investimento público em 2021 --- e tem vindo a enfraquecer, apesar de todos reconhecerem que a legislação sobre o investimento privado em Timor Leste é dos mais favoráveis e “amigo do investidor” da região.



CONTAS NACIONAIS DE TIMOR LESTE, 2016-2021						
anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
consumo privado	970,1	1000,3	1017	1054,8	1022,3	995
variação anual, %		3,1	1,7	3,7	-3,1	-2,7
consumo público	926,6	872,8	870,3	897,9	941,6	974,9
variação anual, %		-5,8	-0,3	3,2	4,9	3,5
consumo total	1896,7	1873	1887,3	1952,6	1963,9	1969,8
variação anual, %		-1,2	0,8	3,5	0,6	0,3
investimento privado	126,1	142,8	68,8	67,3	56,2	50,9
variação anual, %		13,2	-51,8	-2,2	-16,5	-9,4
investimento público	527,2	401,5	467,6	375,9	198,5	170,6
variação anual, %		-23,8	16,5	-19,6	-47,2	-14,1
investimento total	653,3	544,3	536,4	443,2	254,6	221,5
variação anual, %		-16,7	-1,5	-17,4	-42,6	-13,0
Despesa nacional total	2576,3	2460,2	2469,9	2449,2	2270,2	2216,7
variação anual, %		-4,5	0,4	-0,8	-7,3	-2,4
Exportações	52,6	32,1	37,4	31	15,1	38,2
variação anual, %		-39,0	16,5	-17,1	-51,3	153,0
Importações	980,6	894,3	920,3	860,8	799,5	726,7
variação anual, %		-8,8	2,9	-6,5	-7,1	-9,1
PIB real não petrolífero	1648,4	1598	1587	1620	1485,8	1528,2
% variação do PIB ñ petrol.	3,4	-3,1	-0,7	2,1	-8,3	2,9

Há que procurar as causas da fraqueza do investimento privado e eliminá-las ou, pelo menos, reduzir o seu impacto negativo sobre a economia nacional.

Essas causas são muitas e de naturezas muito diferentes. Ao Estado/Governo cabe-lhe reduzir os fatores negativos e incentivar os fatores favoráveis ao desenvolvimento.

Não sendo solução “milagrosa”, parece-nos fundamental atuar rapidamente e em força sobre a legislação que desincentiva os investidores nacionais e estrangeiros.

Uma delas é o funcionamento do sistema judicial que tem, por isso, de ser reforçado, o que exige mais recursos financeiros e humanos --- que não se vêm no OGE23:

Enforcing contracts: Time (days)	1,285.0	1,285.0
Enforcing contracts: Trial and judgment (days)	995.0	995.0

Source: Doing Business. Click on a metadata icon for original source information to be used for citation.

Outra é a legislação sobre terras e as garantias reais para concessão de empréstimos.

O país aparece em 181º lugar numa lista de 190 países no ranking do relatório “Doing Business”, do Banco Mundial, relativo a 2021. Ele é, mesmo, o país menos atraente do Sudeste Asiático para investir (investimento produtivo privado). É isto que tem de mudar MUITO e DEPRESSA! Esta deverá ser uma prioridade a refletir-se na afetação de recursos nos OGE dos próximos anos já que se trata de uma tarefa a longo prazo.

Note-se o que se passa entre nós relativamente ao sistema bancário, usualmente a principal fonte de financiamento da atividade económica privada, nomeadamente o investimento: em junho deste ano o nosso sistema bancário dispunha de cerca de 1500 milhões de USD de depósitos de

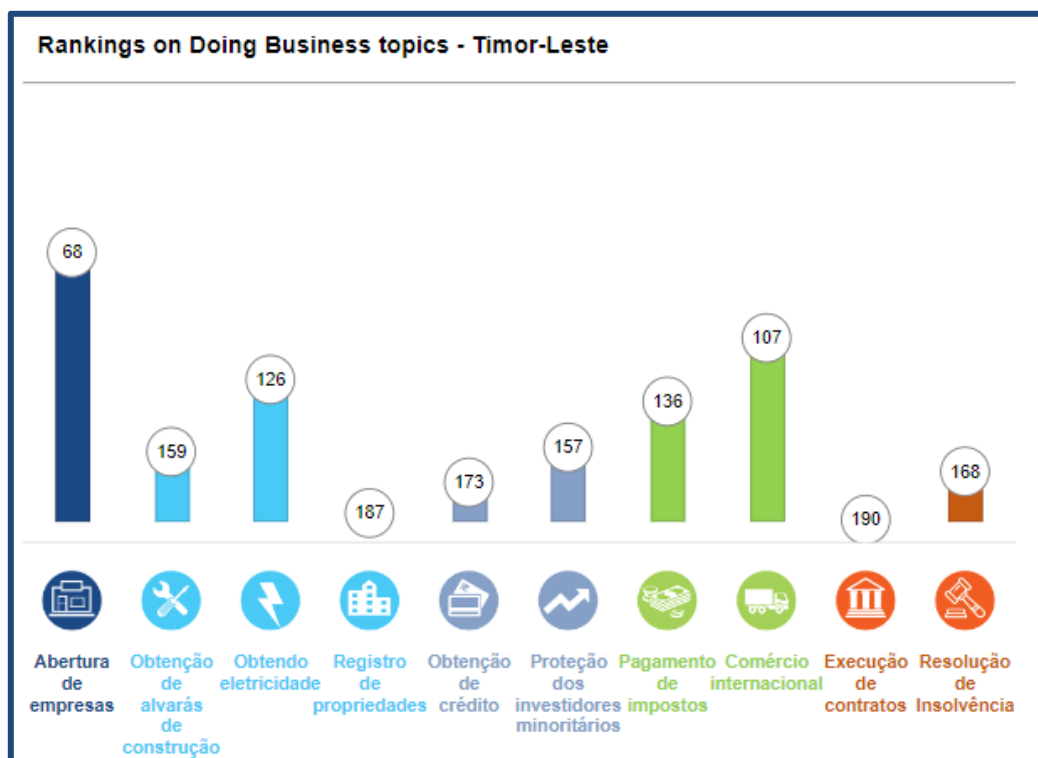
clientes --- normalmente a principal fonte de recursos para os bancos comerciais concederem crédito aos seus clientes --- mas o balanço dos bancos registava apenas um pouco menos de 300 mil USD de créditos concedidos (20% do dinheiro “mobilizável para emprestar).

Em contrapartida, os depósitos da banca em outros bancos, nacionais ou, maioritariamente, estrangeiros, eram de cerca 1500 milhões de USD.

Isto é: o nosso **sistema bancário** tem uma **enorme liquidez e muitas aplicações no exterior** porque **não consegue aplicar os seus recursos entre portas**. O sistema bancário timorense parece estar a servir para financiar o desenvolvimento de outros países mas não o nosso --- designadamente com “moeda forte” como o USD (a situação é tal que há um banco comercial que em junho passado tinha 400 milhões de USD em depósitos na banca comercial no estrangeiro e apenas 27 milhões de crédito a clientes no nosso país).

Por exemplo, as regras de uma boa gestão de um sistema bancário dizem que ao rácio crédito/depósitos deve ser de cerca de 80-90%. Ora em Timor Leste esse rácio é de 19% sendo que os bancos comerciais, à falta de onde os aplicar no país, os depositam em bancos no exterior, assim ajudando a financiar o desenvolvimento desses outros países e não ajudando a financiar --- ou ajudando limitadamente... --- o desenvolvimento do nosso país.

Isto significa que as causas da falta de investimento NÃO estão na falta de financiamento disponível, mas sim noutros fatores como o ambiente económico, social e legal que rodeia o investimento. É na sua transformação que se tem de concentrar a atividade do Estado e não se percebe, no OGE23, que tal esteja a ser feito de uma forma consistente.





A posição do país nos vários critérios é a seguinte em 190 países:

Economy	globalRank	Rank within group	Starting a business	Dealing with construction permits	Getting electricity	Registering property	Getting credit	Protecting minority investors	Paying taxes	Trading across borders	Enforcing contracts	Resolving insolvency
Timor-Leste	181	181	68	159	126	187	173	157	136	107	190	168

Ora, o OGE23 devia fazer referência mais consistente ao papel do setor privado no futuro desenvolvimento do país e dar indicações sobre os apoios ao mesmo, seus custos e resultados esperados.

Muitos acreditarão que a entrada na ASEAN irá ser a chave para a dinamização do investimento privado mas a verdade é que **ou se se alteram radicalmente as condições atuais do “doing business” ente nós ou o investimento privado não corresponderá** --- como não correspondeu até agora apesar de muitos considerarem a legislação sobre o investimento privado (Lei 15/2017) das mais “friendly” do Mundo --- **ao necessário para o crescimento económico e (ainda menos) desenvolvimento do nosso país.**

**A afetação de recursos no OGE23 terá de responder a todas --- ou, pelo menos, a uma boa parte delas --- estas necessidades estruturais e conjunturais.**

Vale a pena recordar aqui a “história” dos gastos efetivos (real) nos vários orçamentos desde 2012 (em milhões de USD, valores arredondados):

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1200	1080	1300	1300	1600	1200	1550	1200	1130	1440

milhões USD	Orçamento aprovado	despesas efetivas/real
2018	1277	1158
2019	1482	1233
2020	1497	1135
2021	2030	1441
<b>média</b>	<b>1572</b>	<b>1242</b>
	<i>média+FLN</i>	<i>2242</i>

Admite-se que em 2022 o total seja sensivelmente igual ao do ano passado (1440-1500). A média anual ronda os cerca de 1250 mil usd, valor que parece corresponder a como que um limite de despesas que o Estado consegue efetuar --- algumas delas com uma eficácia mais que duvidosa, sendo de louvar a intenção manifestada de “concentrar as despesas públicas na qualidade em vez da

quantidade” --- intenção que a Comissão louva e espera ver concretizada na prática para evitar o desperdício de recursos que todos reconhecem se ter verificado num nível maior do que o admissível.

**Tabela I - Receita do Setor Público Administrativo, por subsetores**

<b>Subsetores</b>	<b>Valor</b>
Administração Central	2.800.000.000
<i>Receitas Petrolíferas</i>	<i>1.346.090.000</i>
<i>Receitas Não Petrolíferas</i>	<i>1.453.910.000</i>
Segurança Social	235.715.306
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	121.206.835
<b>TOTAL</b>	<b>3.156.922.141</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>3.089.061.835</b>

**Tabela II - Despesa do Setor Público Administrativo, por subsetores**

<b>Subsetores</b>	<b>Valor</b>
Administração Central	2.800.000.000
Segurança Social	235.715.306
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	120.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>3.155.715.306</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>3.087.855.000</b>

Isto é: os gastos da Administração Central são estimados em cerca de 2800 milhões de dólares, com 1442 de despesa correntes e cerca de 331 em despesas de capital, num total de 1800 milhões (sendo o restante 1 bilião de aquisição de ativos financeiros). A história das nossas finanças públicas leva-nos a duvidar da concretização deste valor e as (más) perspetivas sobre a evolução do capital do Fundo Petrolífero (ver abaixo) aconselham a que este valor não seja alcançado, sendo-lhe preferível um gasto de cerca de 1500 milhões, no máximo dos máximos, integrado numa estratégia consistente da sua redução até aos cerca de 1200-1300 milhões/ano --- como sugere o FMI.

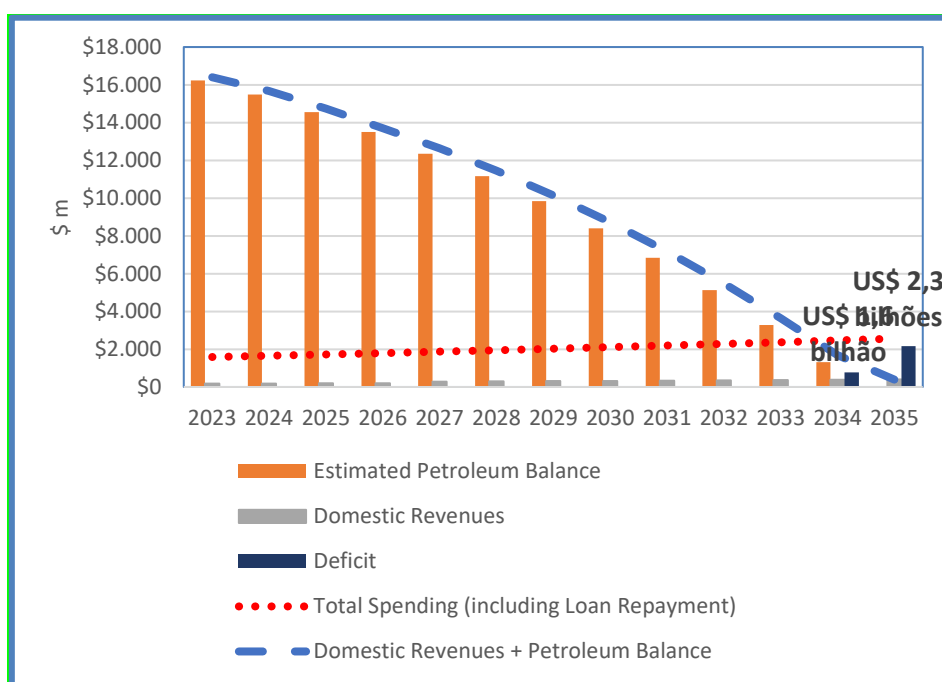
Numa situação económica conjuntural relativamente fraca, com um setor privado tão incipiente como o timorense, seria aconselhável que a política económica, numa atuação “anticíclica” --- isto é, que tentasse contrariar a debilidade da situação económica ---, aumentasse a despesa pública para aumentar o crescimento do produto nacional. Porém, quer por dificuldade de execução de valores superiores do Orçamento quer para assegurar o máximo de estabilidade financeira, não parece boa política apostar, neste momento, em gastos públicos muito superiores aos dos últimos anos.



Os dados da execução orçamental de 2022 até agora (1123 milhões de USD em 14out22) e a “tradição” de o último trimestre ser um em que o Estado faz um ‘forcing’ significativo para pagar as dívidas que entretanto assumiu durante o ano, fazem-nos supor que o valor “real” de 2022 (final do ano) venha a ser aproximadamente igual ao de 2021 --- i.e. e arredondando as contas, cerca de 1500 milhões de USD, sem contar com os 1000 milhões destinados ao “Fundo dos Veteranos”.

No gráfico abaixo o governo ilustra o que poderá ser o comportamento do balanço do Fundo Petrolífero se as despesas públicas continuarem a ser efetuadas segundo o “padrão” normal até agora, i.e, crescendo anualmente dos cerca de 1800 milhões previstos para 2023 até aos 2300 previstos para cerca de 2035, altura em que, na falta do seu reforço com (por exemplo) as receitas do Greater Sunrise, se esgotará o saldo do Fundo petrolífero e, com ele, a possibilidade de financiar a esmagadora maioria das despesas públicas com todas consequências MUITO GRAVOSAS, senão IMPENSÁVEIS, que daí advirão para a economia e a sociedade nacionais.

**Saldo de Petróleo Estimado sob a Tendência Atual, US\$ milhões**

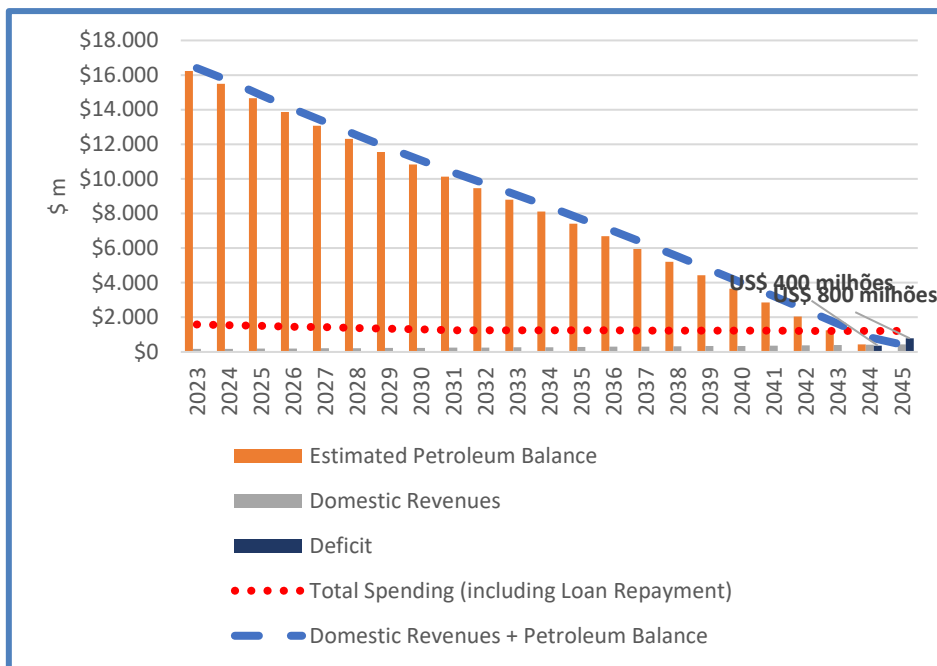


Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

Aquele caminho não é inevitável e o próprio governo, num cenário inspirado pelo FMI, fala na hipótese de se moderarem as despesas públicas até que elas sejam de cerca de 1200 milhões de USD a partir do final da presente década. Neste caso o Fundo Petrolífero, mantendo-se a hipótese de não receber receitas do Greater Sunrise, durará até cerca de 2045 (ou mais) se entretanto se aumentar a

carga fiscal doméstica com, por exemplo, a introdução do IVA --- que não cremos ser possível antes de 2024 ou 2025, i.e., já na próxima legislatura e dependendo das opções do próximo governo.

**Saldo estimado de petróleo com cortes moderados de gastos, US\$ milhões**



Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

Considerando a história das nossas finanças públicas sugerimos que o Governo se concentre na execução deste último cenário e, simultaneamente, na entrada em produção do Greater Sunrise, algures até ao final da presente década, o que irá obrigar a tomar decisões importantes e inadiáveis num futuro próximo (*maximum*, não muito depois do início da próxima legislatura).

**Tabela VI - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação económica**

Código	Categoria Rubrica	Valor
01	Despesas com Pessoal	428.506.789
02	Aquisição de Bens Correntes	80.041.733
03	Aquisição de Serviços Correntes	280.791.143
10	Transferências Correntes	614.560.141
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>1.441.534.301</b>
13	Aquisição de Bens de Capital	330.727.115
16	Ativos Financeiros	1.011.000.000
<b>Total Despesas de Capital</b>		<b>1.358.465.699</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.800.000.000</b>

Dada a composição das despesas públicas previstas para 2023 o principal “corte” na despesa terá de ser, quase inevitavelmente, nas rubricas com valores mais elevados: “Aquisição de serviços correntes” e “transferências correntes” e, em menor escala mas,

ainda assim importante, na rubrica de “aquisição de bens de capital”.

O corte nestas últimas despesas deve ser entendido como um adiamento de investimentos para um período em que, após a entrada em funcionamento da zona petrolífera de Greater Sunrise, os cofres do Fundo Petrolífero comecem a ser reabastecidos.

Os cortes nas outras rubricas, nomeadamente na de “transferências correntes”, exigirão uma mudança da filosofia de gestão das despesas públicas que nos parece essencial.

Notem-se os valores da rubrica de “transferências correntes” nos OGE dos vários anos da presente legislatura:

2018	2019	2020	2021	2022
322	362	494	704	908 (+ 1 bilião para o “FVeteranos”)

Os valores dos últimos anos não parecem ser sustentáveis e tiveram uma consequência prática importante: a “rigidificação” do Orçamento Geral do Estado, deixando uma reduzida margem de manobra para os gastos de implementação de opções fundamentais da política económica, nomeadamente no sentido apontado anteriormente. O OGE23, reduzindo as transferências correntes para 615 milhões é um avanço em relação a 2022 mas não nos parece suficiente, devendo-se ser mais ambiciosos e retomar valores de anos anteriores (cerca de 450-500 milhões?), se não em 2023 pelo menos nos anos seguintes.

Note-se que acreditamos que as rubricas de “aquisição de bens correntes” e “aquisição de serviços correntes” incluem muitas despesas que têm uma componente importante de desperdício ou, no mínimo, de uso menos eficiente de recursos, “herança” de um período de “vacas gordas” que facilitou esse desperdício de recursos quer naquelas rubricas quer nas despesas de capital, com muitas obras sobredimensionadas.

Por outro lado, as “transferências” são um uso (e abuso?) de recursos cujo controlo pelo Estado/Governo é desnecessariamente reduzido sem que haja, como contrapartida, uma melhoria da eficácia do uso dos dinheiros públicos --- que deveria ser sempre a única razão para a criação de instituições com autonomia financeira recetoras das transferências.

Isto é: apesar da grandeza (exagerada) do OGE a margem de manobra das autoridades de política económica e orçamental acaba por ser relativamente reduzida devido à “rigidez” da estrutura orçamental --- o que deve ser ultrapassado a bem da eficácia da política económica e social e da melhoria do bem estar dos timorenses.

Tabela 4: RSE e levantamentos orçamentados (\$m)

RSE 2023	\$490.1
Levantamentos superiores ao RSE	\$855.9
Levantamentos orçamentados em 2023	\$1.346.1

Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, sete

A excessiva dimensão do OGE23 obriga a um financiamento com recurso significativo aos dinheiros do Fundo Petrolífero: cerca de 1350 milhões, dos quais mais de 850 serão de

levantamentos superiores ao RSE-Rendimento Sustentável Estimado (3% da riqueza petrolífera de 16,3 mil milhões de USD).

Estes valores parecem ser pouco compatíveis com a noção de “precipício fiscal” de que se falou há algum tempo mas que desapareceu da documentação mais recente sobre o OGE23. Esta é mais uma razão para tentar reduzir ao mínimo com efetiva capacidade de implementação as despesas públicas.

Neste contexto não se compreende bem como é possível apresentar o quadro seguinte do anexo sobre o Fundo de Infraestruturas:

Para 2023, a dotação orçamental para o Fundo das Infraestruturas é de US\$ 201,7 milhões, incluindo empréstimos externos.

A informação detalhada sobre o portfólio do FI, a dotação orçamental para o Fundo das Infraestruturas para 2023, e a projeção orçamental para 2024-2027 são apresentadas na figura abaixo.

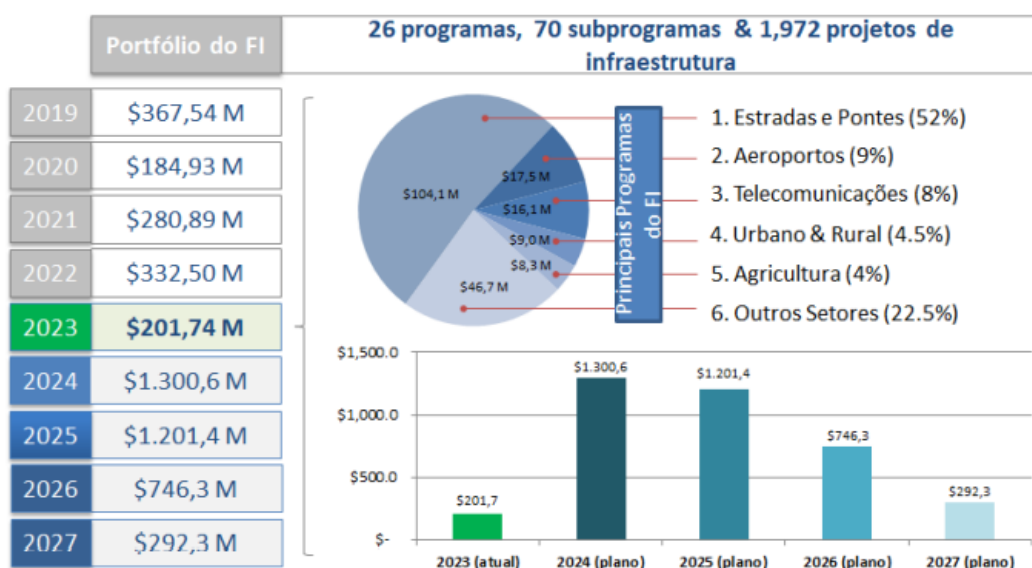


Figura 1: Sumário do portfólio e orçamento do Fundo das Infraestruturas

De facto, depois de apresentar valores instáveis para o período 2019-2022, com 332 milhões orçamentados para 2022 (mas de que estavam gastos apenas 58 milhões no início de OUT22), orçamentam-se para 2023 pouco mais de 200 milhões de USD e para 2024 e 2025 “planeiam-se” respetivamente 1300 e 1200 milhões, valores absolutamente irrealistas quer sob o ponto de vista financeiro quer sob o ponto de vista de capacidade de execução.

Assim sendo, perguntamo-nos qual o interesse de apresentar estes valores para 2024 a 2026. Eles estão tão longe de qualquer realidade que não podem deixar de lançar um manto de descrédito sobre todo o processo orçamental deste Fundo --- o que era evitável e aconselhável.

Código	Divisão Grupo	Valor
01	Serviços gerais da administração pública	1.815.361.422
02	Defesa	64.711.601
03	Segurança e ordem pública	140.586.022
04	Assuntos económicos	542.793.886
05	Proteção do ambiente	11.377.353
06	Habituação e infraestruturas coletivas	29.731.764
07	Saúde	92.471.518
08	Desporto, recreação, cultura e religião	11.695.681
09	Educação	140.149.134
10	Proteção social	306.836.925
TOTAL		3.155.715.306

Mas regressemos à referência à necessidade de apostar no desenvolvimento humano do país, nomeadamente nas áreas da alimentação, saúde e educação.

Como se pode verificar no quadro abaixo, o SPA em 2023 vai gastar cerca de 250 milhões de USD em agricultura, saúde e educação, o que representa cerca de 7,9% do OGE23.

02	Agricultura, silvicultura, pesca e caça	15 968 523
7	Saúde	92 471 518
9	Educação	140 149 134
soma dos 3		248 589 175
TOTAL da despesa		3 155 715 306
% dos 3 no total		7,9
% da educação		4,4

País	Ano	Despesa pública em educação, % da despesa pública total
Austrália	2018	13
Cambodja	2018	9
Ásia Oriental e Pacífico	2018	15
Indonésia	2020	17
Laos	2014	12
Malásia	2021	16
Myanmar	2019	11
Filipinas	2020	14
Singapura	2013	29
Tailândia	2020	17
Timor Leste	2018	8
Vietnam	2021	15
MUNDO (média)	2018	14

Face à dimensão do esforço a fazer --- nomeadamente em confronto com a situação na maioria dos países vizinhos --- este parece-nos ser um valor insuficiente para começar a corrigir a situação, o que exigirá uma ação prolongada e, por isso, ao longo de várias legislaturas. **Esta é uma área em que pode e deve existir um “acordo de regime” entre os principais partidos do nosso país de modo a assegurar a prossecução consistente e continuada destes objetivos no nosso país.** Como se tem referido noutros documentos aprovados por esta Comissão de Economia e Desenvolvimento, é

**tempo de “re-balancear” a proporção entre gastos em “massa de cimento [e alcatrão]”, que tem sido privilegiada até agora, e “massa cinzenta”, isto é, educação [mas também saúde].**

Para ilustrar a profundidade da tarefa que nos espera, veja-se, por exemplo e para além dos indicadores já apresentados no início deste texto, o valor do Índice de Capital Humano de Timor Leste em comparação com o dos seus vizinhos da ASEAN: com o índice 0,45 o país tem o ICH mais baixo da região, ficando atrás de países como o Laos (0,46) e Myanmar (0,48). Os nossos vizinhos do lado têm um índice de 0,54.

Country Name	Probability of Survival to Age 5	Expected Years of School	Harmonized Test Scores	Learning-Adjusted Years of School	Fraction of Children Under 5 Not Stunted	Adult Survival Rate	HUMAN CAPITAL INDEX 2020
Cambodia	0,97	9,5	452	6,8	0,68	0,84	0,49
Indonesia	0,98	12,4	395	7,8	0,72	0,85	0,54
Lao PDR	0,95	10,6	368	6,3	0,67	0,82	0,46
Malaysia	0,99	12,5	446	8,9	0,79	0,88	0,61
Myanmar	0,95	10,0	425	6,8	0,71	0,80	0,48
Philippines	0,97	12,9	362	7,5	0,70	0,82	0,52
Singapore	1,00	13,9	575	12,8	-	0,95	0,88
Thailand	0,99	12,7	427	8,7	0,89	0,87	0,61
<b>Timor-Leste</b>	<b>0,95</b>	<b>10,6</b>	<b>371</b>	<b>6,3</b>	<b>0,54</b>	<b>0,86</b>	<b>0,45</b>
Vietnam	0,98	12,9	519	10,7	0,76	0,87	0,69

Sabendo-se a importância do capital humano no desenvolvimento de um país e na qualificação da sua mão de obra (com 6,3 anos Timor Leste é o país, com o Laos, com mais baixo número de anos de escolaridade efetiva), é fácil compreender porque o país não é atrativo para o investimento estrangeiro, nomeadamente investimento industrial. Estes dados devem ser combinados com os referidos noutra local sobre indicadores do “doing business”.

Um orçamento --- neste caso o Orçamento da Administração Central --- não é um fim em si mesmo, antes sendo um instrumento de uma determinada política económica e, de uma maneira mais geral, uma determinada política social.

Elas são definidas para responder a problemas do funcionamento de uma sociedade nacional, um país, problemas esses que podem ser de natureza essencialmente conjuntural (de curto prazo) ou estruturais (de longo prazo).

Por outro lado, um orçamento pode ser analisado sob o ponto de vista do seu valor global e sob o ponto de vista da sua distribuição pelos vários tipos de aplicações do dinheiro para fazer face aos referidos problemas.

Em relação ao valor global há que ter em consideração, nomeadamente, aquilo que se pensa ser a capacidade do Estado cobrar receitas e gastar eficazmente o dinheiro destinado a despesas.

O valor global do OGE23 parece-nos ser significativamente maior que a capacidade do Estado, através do Governo e seus vários órgãos, gastar eficazmente o dinheiro de que dispõe, levantando um problema sério de sustentabilidade, a prazo, das finanças públicas. Seguindo um dos “cenários” definidos pelo Governo na documentação apresentada ao Parlamento, a Comissão D acredita que deve ser feito um esforço para que o montante global da despesa pública não ultrapasse os cerca de 1200-1400 milhões de USD --- valor que corresponde historicamente ao que tem sido gasto anualmente nos últimos 10 anos e que parece ser um limite prático à capacidade de gastar recursos pelo Estado.

A nossa dúvida, que na verdade é uma certeza, é se a distribuição do dinheiro é a mais apropriada à prossecução dos objetivos que entendemos deverem ser os da política económica face aos problemas da nossa economia e que estão vertidos nas GOP.

Está em causa, particularmente, a correção dos muitos problemas estruturais da nossa economia e da nossa sociedade. Está em causa tudo quanto diz respeito às muitas e enormes falhas de “desenvolvimento humano” do país --- cerne do Plano de Recuperação Económica (PRE) aprovado em 2020 --- que faz com que ele esteja quase sempre em último lugar nesse domínio no contexto dos países do Sudeste Asiático, tal como demonstrámos com as estatísticas relevantes em local próprio.

Não que o país esteja numa espécie de corrida com os demais vizinhos para ver quem está nos lugares cimeiros ou quem está mais atrasado na “corrida” mas sim pelo que isso significa de insuficiência de nível de vida dos nossos concidadãos e, acreditamos, capacidade de captar recursos externos para ajudar a fomentar o nosso desenvolvimento!

A correção das deficiências de longo prazo é uma tarefa difícil, morosa e que exige elevados recursos tal o atraso da nossa situação atual. Por isso pensamos que quanto mais tarde ela começar pior é para os timorenses. Ora a presente proposta de orçamento parece --- é! --- nitidamente insuficiente para um arranque decisivo na correção das deficiências estruturais do país e que estão no coração do PRE, que não se reflete suficientemente no documento em análise.

Deixa-se, por isso, um apelo ao Governo mas também aos colegas deputados que em sede de discussão em plenário do OGE22 possam ser introduzidas algumas alterações (redistribuição de verbas e eventual aumento de algumas) que permitam iniciar decididamente a correção dos defeitos de desenvolvimento humano do nosso país, particularmente nos seus três eixos fundamentais da **alimentação** (produção agrícola familiar), da (qualidade da) **educação** e da (quantidade e qualidade da) **saúde**.

Nestas três áreas chamamos particularmente a atenção para:

Agricultura:

O MAP deve centrar a sua atenção quer no aumento da produção familiar --- com consequente aumento do rendimento e da qualidade da alimentação das populações rurais e não só



--- quer no aumento da quantidade e qualidade da produção “comercializável” (exportável) desde o arroz, ao café e às madeiras de melhor qualidade.

Quanto ao arroz é essencial desenvolver políticas que promovam a reentrada em produção de muitos terrenos que foram abandonados e que permitirão que o país seja quase autossuficiente naquele cereal, aumentando a “independência alimentar” do nosso país.

Relativamente ao café, é fundamental adotar uma “política do café” que permita aumentar a quantidade e, principalmente, a qualidade do mesmo de modo a aumentar os rendimentos dos cafeicultores e do país através da exportação. O papel do Centro Agroflorestal da Quinta Portugal, em Aileu, deve ser aumentado exponencialmente no seu trabalho de divulgação de técnicas apropriadas de cultura e tratamento do café mas também de outras culturas. Esse reforço exige mais recursos financeiros e humanos.

Quanto às madeiras, trata-se de implementar “Lei das Florestas” aprovada há alguns anos e que reconhece a grande predisposição dos solos do nosso país para a produção florestal. A dinamização da produção florestal é essencial também para melhoria do Ambiente, lutando contra as alterações climáticas que têm sido responsáveis por tantos, e tão graves, desastres naturais no nosso país, os quais causam forte diminuição dos recursos e das condições de vida dos timorenses.

#### Educação:

Torna-se necessário melhorar significativamente a qualidade das escolas e equipamento do ensino primário --- o que abre espaço para a atividade de pequenas e médias empresas de construção civil do setor privado ---, melhorar a formação de professores para melhorar a qualidade do ensino e assegurar uma maior cobertura do território nacional com escolas do ensino secundário de qualidade, do tipo dos CAFE existentes.

#### Saúde:

Melhorar a quantidade e qualidade das instalações de saúde --- o que terá reflexos positivos na indústria de construção civil --- e assegurar uma correta utilização dos seus equipamentos, o que abre mercado à existência de empresas privadas de manutenção dos mesmos --- incluindo limpeza das instalações.

Complementarmente deve melhorar-se a formação de pessoal de modo que este passe a tratar os utentes de forma mais humanizada, área especialmente descurada em muitos hospitais e centros de saúde.

#### Outras áreas:

Genericamente, deve trabalhar-se nas áreas de produção de modo a viabilizar a produção nacional de bens até agora importados, promovendo-se a substituição (parcial) de importações e, mesmo, alguma produção exportável.



Genericamente, o Estado, nomeadamente através da ação do Governo, deve assumir uma **atitude mais proativa na dinamização do investimento privado** pois já se percebeu que as despesas públicas, nomeadamente o investimento público, não são capazes de, sozinhas, assegurar o nível de desenvolvimento --- com crescimento da produção --- a que os timorenses têm direito. O OGE23 devia prever uma estratégia clara para apoio ao investimento privado melhorando muitas áreas que o afetam negativamente como demonstrado na publicação “doing business” do Banco Mundial e a própria fraqueza do investimento privado existente em comparação com as disponibilidades financeiras do nosso sistema bancário.

Um crescimento anual do PIB de cerca de 3,5% como o que está previsto no OGE23 para os próximos anos é insuficiente para assegurar uma melhoria do nível de vida dos nossos concidadãos e para reduzir o diferencial deste que os separa dos países nossos vizinhos e futuros parceiros da ASEAN. Ou reduzimos este diferencial ou tenderemos a ser os eternos “parentes pobres” da região, não atraindo o tão necessário investimento privado estrangeiro.

Acreditamos que o nosso desenvolvimento exige uma taxa de crescimento anual do PIB de, pelo menos, 5-6%, e a política económica e os OGE devem ser organizados com essa meta em mente.

O esforço do nosso desenvolvimento terá de ser muito significativo, exigindo muitos recursos, parte dos quais poderão vir da exploração do Greater Sunrise. Por isso apoiamos os esforços que vierem a ser feitos para assegurar a entrada em exploração, quão rápida quanto possível, daquela área petrolífera mas gostaríamos que eles fossem usado com uma lógica diferente da que esteve presente até agora, em que se privilegiou o investimento em capital físico em relação ao investimento em capital humano, deixando-nos na posição desconfortável em que nos encontramos. Atingido um nível ainda insatisfatório mas já razoável desse crescimento do capital físico, acreditamos que estão reunidas as condições para um re-balanceamento da aplicação dos recursos públicos, **alterando as prioridades vigentes até agora aumentando (significativamente) a parte destinada ao capital humano, ao desenvolvimento humano --- o que exigirá também apoio ao investimento privado.**

A propósito da referência a prioridades, parece que no OGE23 --- e nas GOP que lhe estão subjacentes --- elas podiam estar melhor clarificadas pois é evidente que não será possível, ainda por cima com as restrições de financiamento que existem (diminuição das receitas petrolíferas), atender a todas elas. **Uma mais clara hierarquia dos objetivos (e indicação de metas para eles) a alcançar parece-nos fundamental** devido às suas consequências em termos de afetação de recursos no OGE23. Sugerimos ao Governo, por isso, que seja mais claro na identificação e HIERAQUIZAÇÃO das prioridades já ela é essencial para saber “quanto afetar a quê”. Essas prioridades devem ser em número relativamente limitado e delas retirarem-se as devidas consequências em termos de afetação dos recursos (sempre escassos, e agora por maioria de razão).

## **Resultados das Audiências**

### **A) MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E MINERAIS**

#### **Resultado Alcançado:**

Ministério do Petróleo e Minerais teve uma boa execução orçamentária. A execução do MPM e das suas agências foi feita de acordo com as regras.

A Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM) confirmou que o acordo de Greater Sunrise entre Timor-Leste e Austrália deve ser assinado no final deste ano ou mais tardar no início do próximo ano. A ANPM trabalhou bem e conseguiu de convencer a Austrália para concluir o acordo do Regime Especial do Greater Sunrise. Já estão discutindo “provisões”, o que significa que já existe um compromisso. Já entraram na fase de discussão do Código de Mineração do Petróleo. Já tem em vigor algumas leis auxiliares para apoiar o Código Mineiro e começar atividades de mineração. Tiveram que estabelecer de 16 a 20 pequenas leis, por isso levaram algum tempo para contratar algumas empresas. Há também 7 projetos onshore e 9 projetos offshore em andamento.

A Timor-Gap E.P. está neste momento a negociar com o seu parceiro, a Timor Resources Pty Ltd, para iniciar a fase de produção onshore. A parceria tem perfurado poços de petróleo nos municípios de Covalima, Ainaro e Manufahi e já descobriu petróleo em Matai e Kamenasa na Covalima.

O Instituto do Petróleo e Geologia (IPG) tem descobrindo outros recursos naturais subterrâneos potenciais, como a água. Estima-se que podem obter até 10 milhões de litros por dia. A \$00,10c por litro, e multiplicando isso por 10 milhões de litros, é muito dinheiro para adicionar na receita interna.

A Companhia Nacional de Mineira (CNMTL) só foi recentemente estabelecida. Executou bem o seu orçamento. A empresa pública ainda está na fase do plano de desenvolvimento estratégico. Eles estão estabelecendo leis e regulamentos para fortalecer a instituição e os recursos humanos. Atualmente estão implementando cursos de formação para seus funcionários.

#### **Problemas Identificados:**

O Ministério do Petróleo e Minerais teve dificuldades e desafios porque o valor que solicitam para seu orçamento anual foi bastante reduzido. Também tem enfrentado problemas com leis e sub-legislações necessárias para lidar com seus investidores e clientes. A falta de leis importantes, está a fazer com que os investidores recuem de investir em Timor-Leste.

As negociações da Timor Gap E.P. e da Timor Resources Pty Ltd estão a demorar demasiado tempo.

O IPG ainda está alugando ou seu edifício e gasta muito em custos de aluguer. Mesmo com várias dificuldades e recursos humanos mínimos, o IPG conseguiu exercer o seu serviço de deteção de outros recursos naturais.

#### **Solução Alternativa:**

1. O MPM deve abordar a Comissão D do Parlamento Nacional sobre um pacote de projeto leis necessárias para facilitar o seu trabalho.
2. A ANPM deve continuar a reforçar a equipe e fortalecer a sua colaboração com a Austrália para finalizar o Acordo de Greater Sunrise, dentro deste ano.

3. Timor Gap E.P. deve reforçar a sua colaboração e seu trabalho em conjunto com a Timor Resources Pty Ltd para acelerar o processo e dar continuidade ao trabalho de exploração, perfuração e produção em Covalima, Ainaro e Manufahi.
4. O IPG precisa de receber mais apoio financeiro para obter o seu próprio edifício, comprar equipamento, formação e contratação de recursos humanos.

## **SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO**

### **Resultado Alcançado:**

Sob o Pacific Labor Scheme Program, a SEPFOPE já enviou mais de 2.800 trabalhadores para a Austrália este ano. Também enviou mais de 500 trabalhadores para a Coreia do Sul em 2022. Até hoje, enviou mais de 5.000 jovens trabalhadores timorenses para a Austrália, e eles contribuíram com mais de \$14.000.00,00 para a nossa economia. Dos 4.500 trabalhadores já enviados para a Coreia, 3.000 ainda estão lá e contribuem com mais de US\$ 2.000.000,00 por ano para nossa economia. Desde 2009, os trabalhadores timorenses que foram enviados pela SEPFOPE para a Coreia, contribuíram com mais de \$39.000.000,00 para a economia de Timor-Leste.

Atualmente a SEPFOPE tem 229 centros de formação e destes, 109 são centros comunitários de formação. 95 deles estão em processo de credenciamento e 25 já foram credenciados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO).

### **Problemas Identificados:**

A alocação anual do OGE da SEPFOPE é muito pequena. A SEPFOPE precisa de mais dinheiro para atender a demanda nacional e internacional de mão de obra qualificada. A SEPFOPE está tendo dificuldades com o Centro de Formação Becora. O Centro precisa ser reabilitado. Existem milhares de jovens inscritos para receber formação da língua coreana, mas o centro não pode aceitar um grande número deles porque não tem condições adequadas.

### **Solução Alternativa:**

Revisar o orçamento da SEPFOPE e incluir fundos suficientes para construir um Centro de Formação maior, e treinar mais treinadores, de forma que a SEPFOPE pode ter as condições necessárias para formar um maior número de jovens, e assim poder atender a demanda de trabalhadores na Coreia e no mercado internacional.

## **B) MINISTÉRIO DE TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

### **Resultado Alcançado:**

**TURISMO:** Centros de Turismo em 5 municípios. Estes incluem fontes de águas termais em Waikana em Viqueque, Marobo em Bobonaro. O turismo em Díli está a crescer. Cristo Reis é um ícone nacional com significado histórico e religioso. Agora vai ser reabilitado, milhares de árvores estão a ser plantadas e a água está a ser canalizada. Essa área é muito popular para os turistas internacionais e nacionais. O MTCI está a negociar com os alunos da UNTL sobre a instalação de um sistema de água que transforma água salgada em água portátil.

**INDÚSTRIA:** Concluídos os estudos e planos do Parque Industrial que será construído em Liquiçá no próximo ano. Situado perto do Porto de Tibar, Centro de Formação de Tibar, os armazéns e a área de

processamento de café. Vai ser uma área industrial integrada. Isso significa que será fácil produzir bens industriais, armazenar e exportar através do porto.

COMÉRCIO: Está capacitando melhor os pequenos e médios grupos empresariais do nível nacional e municipal. O programa de Crédito Suave é bom e os objetivos estão bem definidos.

O SERVE: Está operando bem e registando muitas empresas. Eles estabeleceram seus centros em 11 municípios e há apenas mais 2 a estabelecer. O número de empresas aumentou.

**Problemas Identificados:**

1. O turismo comunitário está acontecendo, mas atualmente está tendo algumas dificuldades devido à falta de infraestruturas essenciais. As inundações recentes também causaram deslizamentos de terra e danos às estradas tornando difícil a deslocação para os municípios.
2. A dificuldade do Crédito Suave é que as pessoas não sabem fazer aplicações porque o processo é complicado. Os novos grupos empresariais não têm conhecimento para apresentar boas propostas de empréstimos.
3. SERVE não possui recursos humanos suficientes e tem dificuldades de transporte. O sistema online ainda não está funcionando como deve ser.

**Solução Alternativa:**

1. O MTCI deve coordenar com o Ministério das Obras Públicas e Administração Municipal a priorização dos projetos de infraestrutura no entorno das áreas de interesse turístico.
2. O MTCI deve coordenar com os institutos e centros de formação para fornecer mais treinamento empresarial para as pequenas e médias empresas obterem mais conhecimento de gestão de negócios e formas de obtenção de crédito.
3. Rever o orçamento do SERVE, incluir mais financiamento para recursos humanos, materiais e transportes.

**C) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS**

**Resultado Alcançado:**

O Ministério da Agricultura e Pescas trabalhou bem e ajudou os agricultores a cumprir a política do programa da Cesta Básica de apoio e promoção do produto local. Também ajudou no crescimento econômico do país.

**Problemas Identificados:**

1. O governo de Timor-Leste ainda não conseguiu sustentar a segurança alimentar do país, principalmente o arroz. Temos um déficit de 60 mil toneladas. É necessário importar grandes quantidades de produtos alimentares de países estrangeiros. Ficamos ainda mais dependentes de produtos importados devido à devastação recente dos desastres naturais nas áreas agrícolas. Além disso, há muitas terras abandonadas que são cultivadas apenas uma temporada por ano.
2. Enfrentam também o problema da entrada de mais de 200 barcos de pesca ilegal em território nacional. O MAP só pode monitorar e receber informações porque falta recursos materiais e humanos para patrulhar os mares nacionais.

**Solução Alternativa:**

1. O Governo, através do MAP, deve investir mais no sector agrícola para maior produção, ser mais inovador e iniciar a industrialização, para que Timor-Leste não continue a depender indefinidamente nos produtos importados.
2. O governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, deve assinar um acordo trilateral entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia para providenciar patrulhamento conjunto dos mares soberanos de Timor-Leste.

**D) SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COOPERATIVAS**

**Resultado Alcançado:**

O setor de cooperativas está indo muito bem e a Secretaria de Estado das Cooperativas tem tido muito sucesso no seu trabalho. Há mais de 2 cooperativas por aldeia (suco). O SECOOP não teve uma alta taxa de execução orçamental porque seus doadores e parceiros de desenvolvimento financiaram alguns de seus programas.

**Problemas Identificados:**

Para as cooperativas serem viável financeiramente deve haver só uma média de 2 cooperativas por suco, mas na realidade existem muitas mais.

**Solução Alternativa:**

O SECOOP deve trabalhar em colaboração com o MTCI e o MAP para incentivar as cooperativas se diversificarem. Fornecer formação as cooperativas em áreas de pesca, assim como fornecer pequenos barcos de pesca e outros equipamentos para ajudá-las a se estabelecer. Essa política também seria benéfica para o Ministério da Agricultura e Pesca, em termos de a comunidade contribuir na patrulha dos nossos mares.

**E) MINISTRO COORDENADOR DOS ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**Resultado Alcançado:**

O MCAE coordena a articulação de políticas e medidas legislativas impostas durante o processo de negociação da adesão de Timor-Leste à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio (OMC). O processo da adesão de Timor-Leste a ASEAN está a progredir bem e será concluída o mais tardar no próximo ano.

O MCAE Coordena o programa da Cesta Básica e já atingiu o objetivo de elevar a economia das famílias vulneráveis, recuperar a economia nacional e apoiar o setor empresarial. Também estimulou os agricultores a produzir mais e, assim, reduzir a dependência em produtos importados. 75% dos produtos da Cesta Básica são produtos locais. Foram utilizadas 919,200 sacolas, sendo 127.201 “botes” (cestos reutilizáveis), apoiando a política Zero Plástico da Secretaria de Estado do Ambiente.

AIFAESA : Faz um bom trabalho. Até agora executou 13.960 inspeções. Querem fazer 5,000 por ano, mas isso não é impossível devido a uma enorme falta de recursos humanos, equipamentos e armazém.

**Problemas Identificados:**

1. Produtos alimentares com prazo de validade vencido continuam a entrar em Timor-Leste e a ser vendidos no mercado. A AIFAESA identificou um problema principal no controlo dos produtos. A maioria dos produtos em Timor-Leste são importados de 32 países estrangeiros. Entram pelo porto, pela fronteira e pelo aeroporto. Entram livremente sem muita verificação sobre a qualidade.
2. Outro problema é que a AIFAESA não tem um laboratório para identificar e determinar a qualidade dos produtos. Estão a usar o laboratório do hospital. No entanto, isso demora muito, uma vez que o hospital tem centenas dos seus testes a serem feitos. Agora a AIFAESA envia os testes para o estrangeiro, mas isso é caro e leva muito mais tempo. O laboratório que estão a utilizar, não tem acreditação internacional. Este fato não só afeta os produtos importados, mas também afeta os produtos nacionais que precisam de ser exportados.
3. O Centro Logístico Nacional (CLN) tem dificuldade em garantir grandes quantidades de arroz local devido à produção interna muito baixa.

**Solução Alternativa:**

1. A AIFAESA deve disseminar informações ao público sobre saúde alimentar. Assegurar a mais presença em lojas, mercados e centros comerciais para melhor controle. E necessário o estabelecimento de um laboratório nacional com acreditação internacional. O processo de identificação da qualidade dos produtos deve ser realizado nos 3 pontos de entrada, o porto, aeroporto e a fronteira, antes de autorizar a entrada de produtos. Coordenar com as embaixadas de Timor-Leste nos países de importação para eles terem presença e controle dos produtos a serem enviados para Timor-Leste.
2. É muito importante que o CLN tenha sempre alimentos suficientes em seus centros de armazenamento para poder garantir a segurança alimentar do país a qualquer momento, em antecipação de qualquer tipo de crise ou emergência. A CLN não pode depender apenas de produtos locais porque a produção nacional ainda é bastante baixa. E por isso, quando necessário, a CLN também deve comprar alimentos importados para poder garantir a segurança alimentar.

**F) SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**Resultado Alcançado:**

O SEA executou bem o seu orçamento apesar de ser pequeno. O SEA tem acesso aos fundos do Green Fund e esta utilizando este fundo em muitos dos seus programas. Alcançou os seguintes resultados:

- 7000 hectares de árvores plantadas.
- 90% das propostas atendidas e processo de pagamento já.
- 735 licenças emitidas até o momento.
- 293 licenças para 2022.
- Recolheu \$68.000,00 de multas referentes a plástico.
- Recolheu \$48.000,00 de multas referentes ao combustível usado.
- Administrar \$55.600.000,00 do Fundo Verde.
- Implementou 3 grandes projetos em 6 municípios.
- Estabelecimento de 5 projetos de emissão de créditos de carbono.
- Projeto de \$5 milhões em viveiro de árvore.
- Distribuídos 50.000 fogões de energia solar.
- Vai distribuir outros 50.000 fogões de energia solar até dezembro.

- Comprou mais 250.000 fogões de energia solar para serem distribuídos no próximo ano.
- Comprou 250.000 filtros de água para serem distribuídos no próximo ano.
- Estabeleceu um centro de conservação de crocodilos com mais de 300 crocodilos.

**Problemas Identificados:**

1. Não existe um sistema adequado de recolha e reciclagem de lixo em Timor-Leste e de produtos de plástico estão sendo deitados em muitos lugares no país, incluindo nos mares e nos rios.
2. As populações ainda estão cortando muitas as árvores e queimando a relva nas montanhas e ao redor de Díli, especialmente na área do Cristo Rei.

**Solução Alternativa:**

1. O Governo deve construir Sistemas de Recolha de Lixo e Centros de Reciclagem e Resíduos em Díli e outras cidades, para eliminar eficazmente e profissionalmente a poluição e reciclar material degradável de forma seguro ambientalmente. Criar mais programas educacionais para ensinar o povo como reciclar plástico, metal e borracha usada (pneus) em outros produtos, como vasos, potes e móveis.
2. Estabelecer brigadas ambientais para monitorar estas áreas e aplicar as coimas necessárias. Intensivamente divulgar informações ao público e fornecer treinamentos para as comunidades. Alargar as áreas de reflorestação. Coordenação com o MAP e SECOOP para adquirir mais árvores. Mais inspeções e controlo para garantir que as empresas que estão a minerar ou a escavar áreas terrestres, irão reabilitar essas áreas assim que a sua construção terminar.

**G) BANCO NACIONAL DE COMÉRCIO DE TIMOR-LESTE**

**Resultado Alcançado**

O BNCTL está muito capitalizado agora. Tem muita liquidez para usar em empréstimos a pessoas. O BNCTL e o MTCL estão a negociar a taxa de juro que o BNCTL pagará ao governo pelo depósito de \$50 milhões do programa Crédito Suave.

**Problemas Identificados:**

A dificuldade é que não há pessoas suficientes para conseguir empréstimos ou que preenchem os critérios especificados nas regras.

**Solução Alternativa:**

O BNCTL tem que fazer mais investimentos para se estender nos municípios. A BNCTL tem capital líquido suficiente e agora precisa fazer melhor atendimento e trabalhar mais para socializar o seu produto e taxa de juros de forma a atrair mais clientes. O processo do Crédito Suave deve ser mais simplificado, porque as pequenas empresas não sabem como fazer o pedido para acesso.

**H) BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE**

**Informação e Recomendação:**

O BCTL informou que o Fundo Petrolífero está a reduzir muito rapidamente. A taxa de inflação aumentou de 5,3% em 2021 para mais de 8% em 2022. Os preços dos alimentos e da energia aumentam diariamente. Isso não está acontecendo apenas em Timor-Leste; está acontecendo



globalmente. O Fundo Petrolífero passou de mais de 19 mil milhões de dólares no ano passado para 17,7 mil milhões de dólares este ano. 90% do Orçamento Geral do Estado é retirado do Fundo Petrolífero.

O governo precisa realmente priorizar as despesas para colocar a situação fiscal de volta na linha, mas, em vez disso, o governo está aumentando o OGE anualmente. Se tomar em conta o Orçamento Retificado, o orçamento global de 2022 foi extremamente grande. Esses grandes montantes podem impactar negativamente nas políticas fiscais e públicas.

Com uma taxa de retirada de mais de US\$ 3 bilhões por OGE, o fundo durará apenas mais 6 anos. Timor-Leste perderá a sustentabilidade fiscal porque não haverá dinheiro para financiar os orçamentos do Estado. Se o OGE se mantiver em cerca de \$1,3 bilhões por ano, o Fundo Petrolífero durará até 2042. O documento do OGE de 2023 do governo afirma o mesmo aviso que o Banco Central está emitindo.

O BCTL recomenda que o governo não gaste muito em Gastos Correntes porque quase tudo o que se vende em Timor-Leste é importado de outros países, pelo que todo o dinheiro está a sair. Diversificar, significa que se deve gastar mais em Capital de Desenvolvimento. O governo deveria gastar pelo menos 50% do seu orçamento nisso. Muito dinheiro vai para “transferências públicas” e para pagar “subsídios. Há muitos subsídios a mais. Por que não investir numa política de Proteção Interna para a produção interna e substituir os produtos importados por produtos nacionais?

Alertamos ao Governo e ao Parlamento Nacional, de que Timor-Leste está a aproximar a um precipício fiscal se a sua despesa pública continuar a crescer ao ritmo atual (28% ao ano), continuaremos a viver com grandes défices orçamentais, ameaçando a sustentabilidade fiscal. O governo precisa reduzir significativamente as despesas correntes. Timor-Leste deve fazer mais políticas para ajudar a aumentar as receitas internas e melhorar a eficiência das despesas para manter um crescimento económico mais sustentável.

#### **IV - CONCLUSÃO GERAL DA COMISSÃO D**

Apesar da maioria das instituições vinculadas a Comissão D não tenham executado seus orçamentos acima de 50%, elas conseguiram executar seu programa efetivamente de acordo com os planos do governo para 2022. O percentual de execução aumentará nos próximos meses, pois as instituições ainda estão pagando os contratos finalizados.

Algumas das instituições não apresentaram um alto percentual de execução orçamentária devido a assistência financeira que receberam dos seus doadores e parceiros de desenvolvimento, como no caso do Secretária de Estado das Cooperativas que recebeu considerável assistência financeira de doadores internacionais e do Secretária de Estado do Ambiente que recebeu financiamento do Fundo Verde.

As instituições governamentais estão trabalhando bem na coordenação interministerial para executar programas governamentais de 2022, como o programa da Cesta Basica (MCAE, MAP, MTCI, SECOOP, SEA) o do Credito Suave (MTCI e BNCTL), por exemplo.



A diversificação da receita interna está começar acontecendo, por meio de projetos como descoberta de petróleo onshore (Timor-Gap) e depósitos de água portátil subterrâneos (IPG). A adesão de Timor-Leste à ASEAN no próximo ano irá aumentar ainda mais esta diversificação(MCAE).

O nível de desemprego está diminuindo devido à crescente demanda internacional de países como Austrália, Coréia e Japão por trabalhadores timorenses via o governo (FEPFOPE). Para além disso, os trabalhadores timorenses no estrangeiro já contribuíram com mais de 35 milhões de dólares para a economia de Timor-Leste.

O Orçamento do Estado de 2023 é relativamente alto, no entanto é necessário para poder continuar a estimular e elevar a economia após os danos da crise do Covid-19 e das inundações de 2020-2021. Embora ainda existam muitos desafios, os resultados são positivos, com indicações de que a economia está recuperando gradualmente, o setor privado começou a ganhar confiança e a produção interna está crescendo, de acordo com as informações fornecidas pelas instituições governamentais à Comissão de Económica e Desenvolvimento.

## **V - PARECER**

Face ao que foi dito é Parecer da Comissão D que este relatório inclui muitos pontos importantes a serem tomados em consideração no relatório e parecer da Comissão de Finanças Públicas.

Este Relatório e Parecer preenche todos os requisitos legais e, portanto, merece a aprovação da Comissão de Economia e Desenvolvimento.

## **VI – VOTAÇÃO**

Este relatório foi discutido e aprovado na reunião da Comissão D realizada em 18 outubro de 2022 pelas 12:H00 OTL. A votação foi como segue:

5 (cinco) Votos a favor; 3 (três) Votos contra; e 0 (zero) abstenções.

O Presidente da Comissão D

O Deputado Relator

Antoninho Bianco

Alexandrino Cardoso da Cruz

## ANEXO I

### Análise dos orçamentos dos Ministérios e outros organismos governamentais acompanhados pela Comissão D

Tabela V - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação orgânica e estruturada por programas	
Órgãos acompanhados pela Comissão D	OGE23
007: Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	2 371 445
008: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	5 116 172
009: Secretaria de Estado de Cooperativas	4 914 715
010: Secretaria de Estado do Ambiente	3 578 236
026: Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	15 002 853
027: Ministério da Agricultura e Pescas	28 345 619
032: Ministério do Petróleo e Minerais	74 120 903
039: Inspeção-Geral do Trabalho	589 042
058: Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	672 787
064: Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e A	1 015 115
067: Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais	8 500 000
069: Centro Logístico Nacional	8 429 011
071: Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, I.P.	1 732 322
072: Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.	735 824
086: Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	1 227 678
089: Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	739 704
090: Instituto de Petróleo e Geologia, I.P.	6 000 000
094: Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	501 852
102: Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.	2 695 838
<b>TOTAL dos orçamentos das instituições acompanhadas pela Comissão D</b>	<b>166 289 116</b>

#### Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos

<b>007: Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos</b>	<b>2.371.445</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>857.831</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>1.513.614</i>

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>2.371,4</b>
E01	Despesas com pessoal	601,8
E02	Aquisição de bens correntes	73,9
E03	Aquisição de serviços correntes	1.479,9
E04	Rendas	43,2
E10	Transferências correntes	107,5
E13	Aquisição de bens de capital	65,2

Ver na **página 133 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE)**

<b>008: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego</b>	<b>5.116,2</b>
<i>Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano</i>	494,5
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	1.676,2
<i>Programa 980: Igualdade de Género e Inclusão Social</i>	24,5
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	2.921

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>5.116,2</b>
E01	Despesas com pessoal	3.114,9
E02	Aquisição de bens correntes	297
E03	Aquisição de serviços correntes	627,9
E04	Rendas	23,0
E10	Transferências correntes	1.053,4

Ver na **página 135 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Secretaria de Estado de Cooperativas**

<b>009: Secretaria de Estado de Cooperativas</b>	<b>4.914,7</b>
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	2.348,3
Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional	2.566,4

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>4.914,7</b>
E01	Despesas com pessoal	2.194,1
E02	Aquisição de bens correntes	217,1
E03	Aquisição de serviços correntes	1.357,9
E10	Transferências correntes	1.060,0
E13	Aquisição de bens de capital	85,6

Ver na **página 138 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Secretaria de Estado do Ambiente**

<b>010: Secretaria de Estado do Ambiente</b>	<b>3.578,2</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>1.569,9</i>
<i>Programa 981: Proteção e Conservação do Ambiente</i>	<i>2.008,4</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>3.578,2</b>
E01	Despesas com pessoal	2.071,8
E02	Aquisição de bens correntes	118,4
E03	Aquisição de serviços correntes	476,8
E10	Transferências correntes	668,5
E13	Aquisição de bens de capital	204,5

Ver na **página 140 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Ministério do Turismo, Comércio e Indústria**

<b>026: Ministério do Turismo, Comércio e Indústria</b>	<b>15.002,9</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>4.584,0</i>
<i>Programa 982: Turismo</i>	<i>5.273,8</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>5.145,1</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>15.002,9</b>

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

E01	Despesas com pessoal	5.968,4
E02	Aquisição de bens correntes	350,4
E03	Aquisição de serviços correntes	4.909,9
E04	Rendas	262,2
E10	Transferências correntes	1.925,8
E13	Aquisição de bens de capital	1.586,3
	<i>Dos quais: imóveis</i>	1393,9

Ver na **página 195 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Ministério da Agricultura e Pescas**

<b>027: Ministério da Agricultura e Pescas</b>	<b>28.345,6</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>9.290,1</i>
<i>Programa 797: Agricultura</i>	<i>19.055,6</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>28.345,6</b>
E01	Despesas com pessoal	10.606,7
E02	Aquisição de bens correntes	3.429,9
E03	Aquisição de serviços correntes	2.560,4
E04	Rendas	134,7
E10	Transferências correntes	3.981,5
E13	Aquisição de bens de capital	7.546,5
	<i>Dos quais: veículos</i>	<i>6.282,0</i>
E14	Aquisição de serviços de capital	85,9

Ver na **página 200 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Ministério do Petróleo e Minerais**

<b>032: Ministério do Petróleo e Minerais</b>	<b>74.120,9</b>
<i>Programa 401: Gestão de Recursos Petrolíferos e Minerais</i>	<i>56.043,9</i>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>18.077,0</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>74.120,9</b>
E01	Despesas com pessoal	1.459,6
E02	Aquisição de bens correntes	115,0
E03	Aquisição de serviços correntes	1.085,8
E04	Rendas	16.037,2
	<i>Dos quais: locação financeira</i>	<i>16.000,0</i>
E10	Transferências correntes	55.260,0
	<i>Dos quais: transferências para sociedades</i>	<i>55.250,0</i>
E13	Aquisição de bens de capital	163,4

Ver na **página 213 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Inspeção Geral do Trabalho**

<b>039: Inspeção-Geral do Trabalho</b>	<b>589,0</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>298,0</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>291,0</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>589,0</b>
E01	Despesas com pessoal	467,9
E02	Aquisição de bens correntes	26,0
E03	Aquisição de serviços correntes	25,5
E04	Rendas	69,6

Ver na **página 224 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Agência de Promoção do Investimento e Exportação de Timor Leste, IP**

<b>058: Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.</b>	<b>672,8</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>309,6</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>363,2</i>

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>672,8</b>
E01	Despesas com pessoal	483,9
E02	Aquisição de bens correntes	15,0
E03	Aquisição de serviços corrente	173,9

Ver na **página 303 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar**

<b>064: Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar</b>	<b>1.015,1</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>392,4</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>622,7</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>1.015,1</b>
E01	Despesas com pessoal	861,2
E02	Aquisição de bens correntes	43,5
E03	Aquisição de serviços correntes	52,2
E10	Transferências correntes	11,3
E13	Aquisição de bens de capital	47,0

Ver na **página 308 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Agência Nacional de Petróleo e Minerais – ANPM**

<b>067: Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais</b>	<b>8.500,0</b>
<i>Programa 401: Gestão de Recursos Petrolíferos e Minerais</i>	<i>5.998,3</i>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>2.501,7</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>8.500,0</b>
E01	Despesas com pessoal - 1	3.223,5
E01	Despesas com pessoal - 2	371,4
E03	Aquisição de serviços correntes	1.854,7



**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

E12	Outras despesas correntes -1	247,5
E13	Outras despesas correntes - 2	518.1

Ver na **página 312 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Centro Logístico Nacional – CLN**

<b>069: Centro Logístico Nacional</b>	<b>8.429,0</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>1.412,4</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>7.016,6</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>8.429,0</b>
E01	Despesas com pessoal	300,8
E02	Aquisição de bens correntes	6.565,1
E03	Aquisição de serviços correntes	1.464,1
E04	Rendas	50,0
E13	Aquisição de bens de capital	49,0

Ver na **página 314 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar, IP**

<b>071: Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, I.P.</b>	<b>1.732,3</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>473,5</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>1.258,9</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>1.732,3</b>
E01	Despesas com pessoal	502,4
E02	Aquisição de bens correntes	407,6
E03	Aquisição de serviços correntes	478,3
E13	Aquisição de bens de capital	344,0

Ver na **página 320 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### Centro Nacional de Formação Profissional – Becora, IP

<b>072: Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.</b>	<b>735,8</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>412,9</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>322,9</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>735,8</b>
E01	Despesas com pessoal	292,8
E02	Aquisição de bens correntes	77,2
E03	Aquisição de serviços correntes	365,8

Ver na **página 321 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial

<b>086: Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial</b>	<b>1.227,7</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>324,0</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>903,7</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>1.227,7</b>
E01	Despesas com pessoal	679,9
E02	Aquisição de bens correntes	106,5
E03	Aquisição de serviços correntes	205,4
E10	Transferências correntes	210,0
E13	Aquisição de bens de capital	25,9

Ver na **página 399 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu

<b>089: Instituto de Pesquisa. Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu</b>	<b>739.704</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>426,1</i>
<i>Programa 797: Agricultura</i>	<i>313,6</i>

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>739,7</b>
E01	Despesas com pessoal	372,7
E02	Aquisição de bens correntes	293,9
E03	Aquisição de serviços correntes	37,2
E13	Aquisição de bens de capital	36,0

Ver na **página 401 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Instituto de Petróleo e Geologia, IP**

<b>090: Instituto de Petróleo e Geologia, I.P.</b>	<b>6.000,0</b>
<i>Programa 401: Gestão de Recursos Petrolíferos e Minerais</i>	<i>3.614,4</i>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>2.385,6</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>6.000,0</b>
E01	Despesas com pessoal	2.801,3
E02	Aquisição de bens correntes	181,0
E03	Aquisição de serviços correntes	1.804,9
E04	Rendas	210,0
E13	Aquisição de bens de capital	1.002,8

Ver na **página 403 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### **Instituto Nacional de Desenvolvimento da Mão-de-obra**

<b>094: Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra</b>	<b>501,9</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>366,5</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>135,3</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>501,9</b>
E01	Despesas com pessoal	187,2
E02	Aquisição de bens correntes	27,0
E03	Aquisição de serviços correntes	232,6
E04	Rendas	54,0

E10	Transferências correntes	1,0
-----	--------------------------	-----

Ver na **página 407 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### Instituto para a Qualidade de Timor Leste

<b>097: Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.</b>	<b>1.108,0</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>447,1</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>661,0</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>1.108,0</b>
E01	Despesas com pessoal	494,4
E02	Aquisição de bens correntes	18,9
E03	Aquisição de serviços correntes	331,1
E04	Rendas	123,6
E13	Aquisição de bens de capital	140,1

Ver na **página 412 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

### Serviço de Registo e Verificação Empresarial

<b>102: Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.</b>	<b>2.695.838</b>
<i>Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional</i>	<i>319,5</i>
<i>Programa 983: Investimento e Diversificação Económica</i>	<i>2.376,3</i>

Código	Rúbrica de despesa	OGE 2023 (mil USD)
	<b>TOTAL das despesas</b>	<b>2.695,8</b>
E01	Despesas com pessoal	1.959,1
E02	Aquisição de bens correntes	140,9
E03	Aquisição de serviços correntes	356,2
E04	Rendas	153,0
E10	Transferências correntes	1,0
E13	Aquisição de bens de capital	85,6

Ver na **página 417 do livro 2** (Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais) a informação detalhada para este Ministério.

**PARECER DA COMISSÃO D DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A PROPOSTA DE OGE2023**

Estrutura das despesas dos principais organismos acompanhados pela Comissão:

	MCAE	SEFOPE	SECoop	SEAmb.	MTCI	MAP	MPM
<b>TOTAL das despesas</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Despesas com pessoal	25	61	45	58	40	37	2
Aquisição de bens correntes	3	6	4	3	2	12	0
Aquisição de serviços correntes	62	12	28	13	33	9	1
Rendas	2	0			2	0	22
Transferências correntes	5	21	22	19	13	14	75
Aquisição de bens de capital	3		2	6	11	27	0

OGE 2023 (mil USD)	MCAE	SEFOPE	SECoop	SEAmb.	MTCI	MAP	MPM
<b>TOTAL das despesas</b>	<b>2371</b>	<b>5116</b>	<b>4915</b>	<b>3578</b>	<b>15003</b>	<b>28346</b>	<b>74121</b>
Despesas com pessoal	602	3115	2194	2072	5968	10607	1460
Aquisição de bens correntes	74	297	217	118	350	3430	115
Aquisição de serviços correntes	1480	628	1358	477	4910	2560	1086
Rendas	43	23			262	135	16037
Transferências correntes	108	1053	1060	669	1926	3982	55260
Aquisição de bens de capital	65		86	205	1586	7547	163